

O futuro do jornalismo é de todos.....	1
Cadeia plástica contesta força da Braskem no Cade.....	2
Episódios de preconceito não são novidade dentro do Judiciário capixaba .....	3
O Poder Judiciário na mira da sociedade .....	4
Empregado obrigado a trabalhar cinco anos sem férias receberá em dobro.....	5
Grupo Odebrecht distribuiu R\$ 277 milhões a controladores.....	5
Bancos e bancários vão assinar acordo para reduzir casos de assédio moral .....	6
Carteiros reclamam de sobrecarga de trabalho .....	7
"Sinto-me mais em casa na América Latina", diz Hobsbawm.....	7
Salário máximo .....	9
Centrais rejeitam barganha em torno do mínimo.....	9
Desemprego global deve bater novo recorde, diz OIT .....	10
Na AL, cresce a vulnerabilidade do trabalho .....	11
Hospital Luterano apresenta problemas de infraestrutura e não tem previsão para ser reaberto.....	11
Pacote do Piratini inclui albergues e novo Fundopem.....	11
Reajuste de 109% para deputados é vetado .....	13
Desemprego no Brasil é menor que em países ricos.....	13
Governo pode aceitar correção .....	13
Obama fará discurso sobre emprego .....	14
Prefeito e sindicato médico em conflito.....	14
"É um ataque despropositado" .....	15
Correios publicam penalidade à MTA .....	16
Centrais promovem vigília por R\$ 580.....	16
Sindicato exige abertura de hospitais.....	16
37,25% querem adotar brancos .....	17
Deputados estaduais de SP só trabalham 2 meses em 7 .....	17
MINAS GERAIS: Governo vai criar mais de 1.300 cargos sem fazer concurso .....	18
Governo vai negociar tabela do IR, centrais aguardam proposta .....	18
Mãe adotiva vai receber salário maternidade do INSS .....	19

### **O futuro do jornalismo é de todos**

Rene Silva, de apenas 17 anos, foi o porta-voz do Complexo do Alemão durante a guerra travada entre polícia e traficantes

As grandes tragédias, sejam naturais ou causadas pelo homem, dividem o ser humano em duas categorias: aqueles que não reagem frente ao desespero, o que é completamente compreensível, e aqueles que se destacam, se projetam frente aos demais e que acabam sendo lembrados.

Foi exatamente isso que aconteceu com o jovem aspirante a colega de profissão, Rene Silva.

Durante a angustiante guerra travada entre polícia carioca e traficantes no Complexo do Alemão, o jornal A Voz da Comunidade, criado e coordenado por ele, realmente cumpriu o papel de informar e dividir o drama vivido por Silva e todos os moradores do morro com o resto do mundo, principalmente pelo perfil no twitter do jornal.

Após palestra na Campus Party, que termina neste domingo (23) Silva gentilmente falou um pouco dos bastidores dessa história. "Tenho um perfil no twitter faz praticamente dois anos, mas não era muito seguido. Daí, veio a ideia de criar o perfil do jornal, onde eu escrevo as mesmas coisas que escrevia no meu pessoal. Mas a história mudou quando, no meio da guerra, pessoas em evidência, como o Luciano Huck, a novelista Glória Perez e o jornalista Jorge Pontual, começaram a me

retuitar. Saltei de aproximadamente 200 seguidores para os mais de 40 mil que temos hoje", contou.

A pouca idade, no caso dele, não é sinônimo de falta de experiência. Seu jornal já roda há mais de cinco anos, porém, os recentes fatos fizeram o veículo conhecido para quem não habita o Complexo do Alemão. Mas Silva não se ilude com a equipe do site da Brasileiros ou qualquer outra equipe de reportagem. Na verdade, o que ele quer é estar do outro lado do gravador. Porém, já que os 15 minutos de fama vieram, ele sempre aproveita para denunciar os problemas que assolam sua comunidade e vem conseguido organizar uma série de eventos para melhorar a vida daquelas pessoas, como a colônia de férias para as crianças da região, o projeto em que trabalha fervorosamente no momento. Quem vê, até esquece que ele é apenas mais uma dessas crianças. Quanto às reivindicações ao governo, sempre aconteceram, porém, antes eram abafadas e silenciadas. Hoje, não. Silva contou de um caso específico, quando, pelo twitter do Voz da Comunidade, pediu, de natal, que asfaltassem uma rua do Complexo. "No mesmo dia já foram ao local e, antes do fim do ano, o trabalho já estava pronto. Eles sabem que essas coisas podem afetar a imagem deles e trabalham para que isso não aconteça", analisou, inteligente, acrescentando que, após resolver um problema como esse, prefeituras ou secretarias pedem a ele para que divulguem o trabalho.

E não para por aí. O jornalista se orgulha de ter uma agenda recheada de boas pautas para o Voz da Comunidade, entre elas entrevistas já marcadas com nomes como a presidente Dilma Rousseff e o maior empresário brasileiro, Eike Baptista. Com o jornal em alta, Silva trocou de gráfica e agora a tiragem subiu de mil para 5 mil, além de ser colorido e mais bem acabado, segundo ele. "Achei essa gráfica nova via twitter, perguntei se alguém tinha interesse e eles se manifestaram", comemorou. Com tanta repercussão em torno de suas realizações, o adolescente revelou que, no Alemão, várias outras pessoas estão começando a se familiarizar com o twitter e, principalmente, a usá-lo de forma crítica e jornalística.

Bem humorado, ele já percebeu que não se trata mais de um jornalista qualquer e tudo o que fala pode repercutir. "É complicado, penso muito antes de colocar qualquer coisa no twitter. Outro dia, no meu perfil pessoal, mandei para uma garota 'te amo'. Pouco tempo depois já estavam noticiando em um portal", reclamou, com humor.

Ainda no 2º ano do Ensino Médio, até bolsa para a Faculdade de Jornalismo na Estácio de Sá ele já conseguiu, após participar do programa de Luciano Huck. Apesar de já ser um jornalista desde os 12 anos, Rene Silva quer traçar o caminho acadêmico para, aí sim, se considerar um. Agora ou mais tarde, será um honra ter o companheiro de profissão Rene Silva.

FNDC

### **Cadeia plástica contesta força da Braskem no Cade**

Quase um ano depois do anúncio da compra da Quattor pela Braskem e Petrobras, a Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plásticos), uma das entidades que representa a terceira geração do setor petroquímico, questiona o fortalecimento da petroquímica brasileira, controlada pelo grupo Odebrecht, no mercado nacional e os impactos negativos à cadeia.

Ontem, o presidente da Abiplast, José Ricardo Roriz Coelho, reuniu-se com o conselheiro do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), Vinícius de Carvalho, para discutir os impactos do setor após essa aquisição. A entidade pediu para ser incluída como parte interessada no processo em dezembro, que está em análise pelo Cade.

A entidade não questiona o movimento de consolidação em si, reconhecendo até ganhos de eficiência e sinergia com a criação da gigante petroquímica nacional, segundo apurou o Valor junto a fontes familiarizadas com a operação. A Abiplast afirma, contudo, que a aquisição "não pode servir para fortalecer a posição local da Braskem e prejudicar a cadeia, que não se beneficia desses ganhos de eficiência".

Segundo a Abiplast, os preços das resinas brasileiras estão entre os maiores do mundo e "a Braskem só consegue isso porque está se tornando a monopolista da oferta local, tem medidas de defesa

comercial contra a importação de resinas e ainda possui contratos de fornecimento com cláusula de exclusividade com importantes fornecedores estrangeiros". A cotação da resina plástica fechou cotada a US\$ 1.250 a tonelada, valorização de 7,3% sobre os últimos 12 meses, de acordo com dados da Bloomberg, compilados pela LME (London Metal Exchange).

Roriz afirmou, em comunicado, que a entidade está se manifestando por obrigação legal e pelo dever de defender os 350 mil empregos gerados pelo setor que representa. Segundo ele, "a consolidação da posição da petroquímica Braskem como único fornecedor local, sem algumas obrigações, poderá gerar efeitos nefastos ao mercado, prejudicando principalmente beneficiários de programas sociais do governo federal e consumidores de baixa renda".

Procurada, a Braskem informou que a consolidação do setor não tem impacto sobre a formação de preços, uma vez que o setor petroquímico é global. Os preços são definidos pelo equilíbrio entre oferta e demanda no mercado internacional.

Ainda de acordo com a Abiplast, 95% das indústrias da terceira geração petroquímica (11 mil indústrias) são empresas com menos de 100 empregados, e sem competitividade para importar as matérias-primas para transformação de plásticos.

AGENCIA BRASIL

### **Episódios de preconceito não são novidade dentro do Judiciário capixaba**

A denúncia de arbitrariedades na condução do processo de afastamento do juiz Juracy José da Silva guarda semelhança com outra ocorrência envolvendo magistrado que fazia parte dos quadros do Tribunal de Justiça do Estado (TJES). Assim como o titular da comarca de Bom Jesus do Norte, o ex-juiz Deodato Vital dos Anjos alegou preconceito por parte da cúpula do tribunal que o impedia de tomar posse no cargo. O episódio teve repercussão nacional e chegou a parar nas cortes internacionais de Direitos Humanos.

Em ambos os casos, os juízes quebraram uma tradição do Judiciário capixaba de possuir um baixo percentual de juízes negros. Em toda a História do Judiciário capixaba, o TJES nunca teve um desembargador efetivo negro. Uma exceção é o juiz William Silva, que aparece cotado para a cadeira de desembargador e já figurou em três listas tríplexes.

Por mais de cinco anos, Deodato dos Anjos travou uma batalha jurídica com a cúpula do TJ capixaba para assumir o cargo de juiz substituto em concurso realizado em 1997 – presidido à época pelo desembargador Manoel Alves Rabelo, atual presidente do TJES. Na época, o então advogado fez acusação de racismo por parte do tribunal, o que teria dificultado a posse no cargo, ocorrida apenas no ano de 2002.

Para assumir o cargo, o ex-juiz teve que recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) após a recusa de dois pedidos no próprio TJ. Em 1998, o ex-juiz Deodato entrou com Recurso Administrativo e depois com Mandado de Segurança, ambos negados pelos desembargadores. Naquela oportunidade, o caso teve repercussão e o ex-juiz chegou a levantar erros processuais no julgamento, já que, segundo ele, havia magistrados impedidos de votar que atuaram no caso. Por conta das alegações de preconceito, o caso foi denunciado ao então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e para comissões internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) e Comissão de Direitos Humanos da seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ).

Entretanto, os problemas enfrentados pelo ex-juiz seguiram durante toda a curta passagem dele pelo Judiciário capixaba. Deodato dos Anjos também circulou por várias comarcas do interior (Conceição da Barra, São Mateus e Pedro Canário) em menos de seis anos. O ex-magistrado também esteve relacionado a episódios de corrupção entre desembargadores que só vieram à tona na “Operação Naufrágio”, como o caso das ações de improbidade contra o ex-prefeito de Pedro Canário Francisco José Prates de Matos, o Chicô.

Na época dos fatos, em 2006, o ex-juiz foi sentenciado pelo então desembargador Elpídio José Duque – preso durante a “Operação Naufrágio”, deflagrada em dezembro de 2008 – a “abster-se de proferir qualquer decisão” nos processos relacionados à Chicô. Por ironia do destino, o caso em

Pedro Canário foi apontado entre os episódios de venda de sentença no Judiciário capixaba, inclusive com a participação de desembargadores e advogados relacionados ao esquema. Devido a essa rotatividade e a pressões atribuídas aos desvãos do TJ capixaba, o ex-juiz teve o quadro de saúde agravado. Deodato dos Anjos morreu no dia 25 de agosto de 2008, aos 58 anos de idade, por infecção da aorta e hipertensão arterial sistêmica. Durante os anos de toga, o juiz enfrentou problemas de saúde parecidos, o que acabou ocasionando vários pedidos de licença – alguns deles para tratamento médico.  
SECULO DIÁRIO.COM

## **O Poder Judiciário na mira da sociedade**

Votamos a cada quatro anos, e todo ano sofremos a tristeza de ver brasileiros e brasileiras perderem a vida por descuido do poder público. Desastres das chuvas de janeiro se repetem há décadas e ficamos, no fundo, todos impotentes, tristes, revoltados, e à espera que tudo, de novo, aconteça. Falta-nos lembrar de todas essas desgraças na hora do voto, na hora de exigir o que é devido daqueles que colocamos no Poder, para que façam por nós o que sabemos que deve ser feito. A participação da sociedade na condução das políticas implementadas pelo Estado deve ser estendida e cada vez maior, pois é o único modo de se avançar com a democracia.

O Poder Judiciário foi alvo de uma larga pesquisa feita pelo IPEA, em 2010, e dela obteve a baixa nota 4,55. Com isso, está dado o recado: o Poder Judiciário precisa ofertar ao povo brasileiro um novo formato de justiça, e que a prestação dela se dê de forma correta, eficiente e no tempo certo. Faz-se necessária a urgente reforma política ampla, que abranja todos os poderes do Estado e que cada Poder atue de modo a garantir o bem estar dos cidadãos.

No foco das reformas políticas que abrangem o Judiciário, está o Supremo Tribunal Federal. Hoje, ele que é órgão máximo do Poder Judiciário, cuida de questões várias, advindas dos demais tribunais estaduais e federais.

Um dos pontos da reforma que se espera é que o STF cumpra apenas seu papel maior, qual seja um tribunal constitucional, que cuide de nossa Constituição com exclusividade e profundidade, pois está ela repleta de nossos mais caros princípios que devem defendidos quando atacados e garantidos quando postos em risco.

A presidenta Dilma nomeará, durante seu mandato, pelo menos três ministros do STF. Para poder disputar uma vaga de ministro do STF, o candidato ou candidata deve ter “mais de 35 e menos de 65 anos, ter notável saber jurídico e reputação ilibada” (art. 101 da CF). Assim sendo, a nossa Presidenta pode contribuir com a reforma política, desde já, sem muito esforço, e sem vulnerar seu poder no processo de nomeação do novo ministro ou ministra. Basta que ela dê transparência e democratize esse processo de nomeação. Para tanto pode a Presidenta Dilma divulgar e dar publicidade dos nomes dos candidatos e candidatas ao cargo do STF. Com isso, será possível ao cidadão brasileiro, suas entidades de classe, suas associações debaterem e se manifestarem, formalmente, sobre os candidatos e candidatas ao cargo de ministro. Afinal, o que almejam esses candidatos e candidatas é, nada mais nada menos, ser a voz da Justiça brasileira, em seu mais alto patamar.

Com tal proceder, a nossa Presidenta estará prestigiando a participação social na construção da democracia brasileira. Permitir que o povo conheça, discuta, opine e seja ouvido é valorizar a cidadania em seu grau mais relevante.

É direito do cidadão saber o que o candidato ou candidata a ministro do STF pensa, como agiu e age ele ou ela na defesa dos princípios constitucionais e quais são seus compromissos com a construção de uma sociedade menos desigual e mais garantidora da dignidade humana.

É hora, pois, de nossa presidenta fazer a história. E, você, cidadão ou cidadã, faça sua parte. Mande mensagens para a Presidente Dilma, e peça essa transparência no trato com questões tão fundamentais.

\*Dora Martins é Integrante da Associação Juizes para a Democracia, publicada originalmente no site da Radioagência NP

## CARTA CAPITAL

### **Empregado obrigado a trabalhar cinco anos sem férias receberá em dobro**

Um vigilante que foi obrigado a trabalhar cinco anos seguidos sem férias receberá em dobro os valores referentes aos períodos de descanso não aproveitados. A decisão é da 8ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que atendeu a recurso do trabalhador contra uma empresa que determinava que os funcionários "vendessem" as férias a que tinham direito e continuassem trabalhando.

Segundo informações do TST, de 2002 a 2007, o empregado recebeu o salário do mês no qual deveria ter gozado as férias e também a remuneração relativa ao descanso anual, mas não lhe foi pago nenhuma vez o um terço a que tinha direito.

A decisão da 8ª Turma se baseou no artigo 134 da CLT, no qual é definida a concessão de férias, pelo empregador, nos 12 meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. Segundo a relatora do caso, a ministra Dora Maria da Costa, "se o trabalhador vendeu todos os períodos de férias por imposição da empresa, foi impedido de usufruir do descanso anual a que tinha direito". Esse fato caracteriza violação direta ao artigo da CLT, esclarece a relatora, "pois o não gozo das férias infringe a finalidade do instituto, ou seja, a proteção à saúde física e mental do trabalhador".

O caso

Contratado em fevereiro de 2002 pela EBV Empresa Brasileira de Vigilância Ltda. para prestar serviços ao município de Joinville, no estado de Santa Catarina, o trabalhador informou na reclamação que a EBV desistiu dos contratos feitos com o município de Joinville e que ele foi "abandonado à própria sorte, sem ter recebido sequer comunicação acerca da continuidade ou não dos serviços, tampouco as verbas rescisórias".

O vigilante teve que pleitear na 5ª Vara do Trabalho de Joinville, além do FGTS e férias, o reconhecimento da dispensa sem justa causa e a anotação da data de cessação do contrato na carteira de trabalho. O juízo de primeira instância, então, condenou a empresa, e subsidiariamente o município, ao pagamento de várias parcelas, inclusive o terço de férias relativo aos períodos aquisitivos de 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007.

No entanto, nem a Vara do Trabalho, nem o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 12ª Região atenderam ao pedido do pagamento em dobro pela venda obrigatória das férias, o que só foi obtido pelo trabalhador com o recurso ao TST. A 8ª Turma também deu provimento para deferir o pagamento da multa do artigo 467 da CLT.

ULTIMA INSTANCIA

### **Grupo Odebrecht distribuiu R\$ 277 milhões a controladores**

Antes da rixa entre acionistas vir à tona, família Gradin ganhou R\$ 57 milhões, enquanto os Odebrecht receberam R\$ 174 milhões

Meses antes de entrarem numa disputa judicial, os controladores do grupo Odebrecht receberam R\$ 277 milhões. A maior parcela dos recursos foi paga, a título de distribuição de dividendos de 2009, aos integrantes da família Odebrecht e da família Gradin – cujos herdeiros hoje brigam pela posse de um quinto das ações do grupo.

O iG teve acesso a um documento da distribuição aos acionistas dos resultados da Odebrecht Investimentos (Odbinv), a holding dona de 100% do capital da Odebrecht S/A, que controla todos os negócios do grupo que faturou R\$ 40 bilhões em 2009.

Naquele ano, a Odbinv teve lucro líquido de R\$ 1,130 bilhão, o maior já registrado na história do grupo cujas origens remontam a construtora criada na Bahia nos anos 1940.

Os Odebrecht têm uma participação de quase 63% do grupo e receberam R\$ 174 milhões. Ao todo, são 22 sócios, com diferenças em suas participações acionárias. Mas, se fossem contabilizados

individualmente com uma fatia similar entre eles, cada um dos herdeiros da família Odebrecht teria recebido R\$ 7,9 milhões.

Os Gradins possuem quase 21% do grupo. Por isso, eles ganharam R\$ 57 milhões. Mas, individualmente, cada um ganhou R\$ 19 milhões, caso tenha sido mantida a distribuição igualitária entre os três filhos de Victor Gradin, que doou as ações aos filhos.

Por meio da holding familiar Graal, Bernardo Gradin, que presidiu a petroquímica Braskem, controlada pelo grupo Odebrecht, tem cerca de 6% do capital do grupo, o dobro da fatia de Marcelo Odebrecht, neto do fundador e principal executivo do grupo.

Os acionistas minoritários, que incluem os executivos que comandam as empresas do grupo e recebem ações como participação nos resultados, ganharam R\$ 46 milhões em 2009.

A rixa entre os Odebrecht e os Gradin veio à tona depois que os Odebrecht tentou comprar a participação dos Gradin, valendo-se de um contrato recíproco de compra e venda de ações assinado em 2001. Mas os Gradin se negaram a vendê-las. As partes divergem sobre a interpretação do tal contrato de compra e venda de ações.

Diante do impasse entre as duas famílias, o caso foi parar na Justiça por decisão dos Gradins. A juíza Maria de Lourdes Araújo, da 10ª Vara da Justiça Civil da Bahia, marcou audiência para o dia 23 de fevereiro para uma tentativa de acordo.

ULTIMO SEGUNDO

### **Bancos e bancários vão assinar acordo para reduzir casos de assédio moral**

São Paulo – Oito em cada dez funcionários de bancos do país afirmam que o assédio moral é o maior problema que enfrentam no trabalho. É o que mostra uma pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) em junho do ano passado, com 1.203 empregados de bancos de todo país. Para a grande maioria, o combate aos abusos dos chefes é a ação mais importante a ser promovida por empresas e sindicatos.

Os resultados desse levantamento foram levados a mesas de negociação entre bancários e bancos. As discussões sobre o assunto culminaram em um acordo que visa a reduzir casos de assédios moral em instituições financeiras.

Esse acordo será assinado na quarta-feira (26) entre a Contraf e Federação Nacional de Bancos (Fenaban). O compromisso prevê a criação de um canal de comunicação entre sindicatos de bancários e bancos para que qualquer tipo de conflitos entre funcionários e chefes, inclusive os assédios, possam ter a solução acompanhada pelas entidades de classe.

Para o secretário-geral da Contraf, Marcel Barros, a assinatura do termo é o reconhecimento dos bancos de que os abusos são um problema recorrente do setor. Segundo Barros, os bancários reclamam com frequência da cobrança excessiva quanto ao cumprimento de metas estabelecidas pelas empresas do setor financeiro. Reclamam também de serem expostos a situações vexatórias quando não alcançam os objetivos fixados. “Houve um caso em que um trabalhador foi indicado como o pior colocado em um ranking de resultados no meio de uma reunião com funcionários de várias agências. Ainda recebeu uma vaia dos colegas e chefes presentes”, exemplificou Barros. “Isso é uma humilhação e um tipo de assédio moral.”

O juiz Francisco Pedro Jucá, do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), apoia o acordo entre Contraf e Fenaban, principalmente por tratar dos abusos ocorridos no setor bancário. “A questão do assédio moral é mais perceptível nos bancos”, disse ele, que afirma estar acostumado a julgar casos do tipo. De acordo com o juiz, as denúncias de assédio que chegam à Justiça têm aumentado ano a ano e partem de trabalhadores de todos os setores da economia, não só o financeiro.

O magistrado espera que o acordo entre bancos e bancários estimule a discussão do assunto e, por consequência, a redução dos casos de assédio. “Assédio moral é um assunto relativamente novo nos ambientes de trabalho do Brasil”, disse Jucá. “Precisamos aumentar a consciência de patrões e empregados sobre isso. Assédio não é uma questão somente trabalhista, mas também de dignidade humana.”

O diretor de Relações do Trabalho da Fenaban, Magnus Ribas Apostólico, admite a existência de casos de assédio no setor bancário, mas afirma que não têm relação direta com a atividade financeira. “Os gerentes são alguns dos milhares de empregados dos bancos e, às vezes, cometem erros. Os abusos ocorrem em bancos como em outras empresas.”

Apostólico ressalta que a assinatura do acordo demonstra que os bancos estão comprometidos com a redução do número de casos de assédio e têm “total tranquilidade” para tratar do problema. “Este acordo é muito importante, inclusive, para mostrar que os bancos têm grande preocupação com a transparência de como esses casos são tratados pelas empresas.”

CORREIO DO BRASIL

### **Carteiros reclamam de sobrecarga de trabalho**

Profissionais afirmam não ter o que comemorar hoje, devido ao trabalho exaustivo e à falta de reconhecimento

Ao invés de comemoração, muita insatisfação. No Dia Nacional do Carteiro, os profissionais dizem que a sobrecarga de trabalho é o principal motivo para não ter o que comemorar. Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, Telégrafos e Similares do Estado do Ceará (Sintect-CE), Maria de Lourdes Paz Félix, a quantidade de encomendas é tão grande que precisaria de três carteiros para dar conta das entregas que apenas um é responsável por fazer. A sindicalista diz que as compras pela internet é um dos fatores para o aumento da demanda.

O carteiro Marcos Antonio de Abreu, 35, é funcionário dos Correios há dez anos. De acordo com ele, o trabalho está mais exaustivo desde o cancelamento do último concurso público da empresa, no fim de 2009. "A cobrança aumentou e o trabalho também. Às vezes, a população reclama de eventuais atrasos nas entregas das correspondências, mas não sabe o que acontece de verdade. Nossa realidade não traz nenhum momento de alegria", comenta.

A assessoria de imprensa dos Correios informou que, devido ao cancelamento do último concurso, a Diretoria Regional dos Correios no Ceará contratou 200 empregados, como mão-de-obra temporária, enquanto realiza concurso para seleção de novos empregados.

Porém, segundo a presidente Maria de Lourdes, essa mão-de-obra não tem sido suficiente para dar conta da quantidade de serviço. "A falta de carteiro faz com que os profissionais trabalhem dez horas todos os dias. Serviço aos sábados, por exemplo, era algo eventual, mas agora virou rotina", fala.

Segundo informações dos Correios, todos os carteiros recebem pelas horas que trabalham a mais. Porém isso, como declara o carteiro Luis Santiago, 33, não vale a pena quando a família é colocada em jogo. "Eu quase não tenho vida familiar. Minha esposa e minhas três crianças sempre cobram mais atenção de mim", justifica.

Doenças ocupacionais

A saúde é outro fator que preocupa os carteiros. Conforme a diretora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest-CE), Fátima Duarte, são muitas as doenças ocupacionais. A bolsa pesada, contendo de 20 a 25kg de correspondências, pode, aos poucos, danificar o ombro ou causar problema de coluna; as longas jornadas, com exposição ao sol, podem causar câncer de pele, mesmo com o uso regular do filtro solar; as caminhadas podem provocar, ainda, uma doença chamada esporão de calcâneo, conhecida como "esporão de galo", que provoca dores nos pés.

A assessoria de imprensa dos Correios disse que um novo concurso público deve acontecer neste ano. A expectativa é de que o edital, com cerca de oito mil vagas no Ceará, seja divulgado no primeiro semestre.

DIÁRIO DO NORDESTE

### **"Sinto-me mais em casa na América Latina", diz Hobsbawm**

Hampstead Heath, em Londres, orgulha-se do seu papel na história do marxismo. Era lá que, aos domingos, Karl Marx subia o Parliament Hill com sua família. Nos dias de semana, Marx se juntava

a Friedrich Engels para caminhar pelo parque. A ambição marxista permanece viva na casa de [Eric Hobsbawm](#), numa rua lateral que sai do parque. Na última vez em que o entrevistei, em 2002, ele enfrentava outro ataque da mídia pela ligação com o Partido Comunista.

As coisas mudaram: a crise global transformou os termos da discussão, e a crítica marxista da instabilidade do capitalismo ressurgiu. Parecia não haver momento melhor para Hobsbawm reunir seus ensaios mais famosos sobre Marx em um volume, com material sobre o marxismo visto à luz do crash.

A entrevista é de Tristram Hunt, publicada pelo Guardian e reproduzida pelo jornal Folha de S. Paulo, 25-01-2011.

Eis a entrevista.

Há no âmago desse livro um senso de algo que provou seu valor? De que, mesmo que as propostas de Marx possam não mais ser relevantes, ele fez as perguntas certas sobre o capitalismo?

Com certeza. A redescoberta de Marx está acontecendo porque ele previu muito mais sobre o mundo moderno do que qualquer outra pessoa em 1848. É isso, acredito, o que atrai a atenção de vários observadores novos - atenção essa que, paradoxalmente, surge antes entre empresários e comentaristas de negócios, não entre a esquerda.

O sr. tem a impressão de que o que pessoas como George Soros apreciam em parte em Marx é o modo brilhante com que ele descreve a energia e o potencial do capitalismo?

Acho que é o fato de ele ter previsto a globalização que os impressionou. Mas acredito que os mais inteligentes também enxergaram uma teoria que previa o risco de crises. A teoria oficial do período, fim dos anos 90, descartava essa possibilidade.

E o sr. acha que o interesse renovado por Marx também foi beneficiado pelo fim dos Estados marxistas-leninistas?

Com a queda da União Soviética, os capitalistas deixaram de sentir medo, e desse modo tanto eles quanto nós pudemos analisar o problema de maneira muito mais equilibrada. Mas foi mais a instabilidade da economia globalizada neoliberal que, creio, começou a ficar tão evidente no fim do século.

O sr. não está surpreso com o fato de a esquerda marxista e a social-democrata não terem explorado politicamente a crise dos últimos anos?

Sim, é claro. Na realidade, uma das coisas que procuro mostrar no livro é que a crise do marxismo não é só do seu braço revolucionário, mas também do seu ramal social-democrata. O reformismo social-democrático era, essencialmente, a classe trabalhadora pressionando seus Estados-nações. Com a globalização, a capacidade dos Estados de reagir a essa pressão se reduziu concretamente. Assim, a esquerda recuou.

O sr. acha que o problema da esquerda está em parte no fim da classe trabalhadora consciente e identificável?

Historicamente falando, isso é verdade. O que ainda é possível é que a classe trabalhadora forme o esqueleto de movimentos mais amplos de transformação social.

Um bom exemplo é o Brasil, que tem um caso clássico de partido trabalhista nos moldes do fim do século XIX - baseado numa aliança de sindicatos, trabalhadores, pobres em geral, intelectuais e tipos diversos de esquerda - que gerou uma coalizão governista notável. E não se pode dizer que não seja bem-sucedida, após oito anos de governo e um presidente em final de mandato [a entrevista foi feita no final de 2010] com 80% de aprovação.

Ideologicamente, hoje me sinto mais em casa na América Latina. É o único lugar no mundo em que as pessoas fazem política e falam dela na velha linguagem - a dos séculos XIX e XX, de socialismo, comunismo e marxismo.

O título de seu novo livro é "How to Change the World". No final, o sr. escreve: "A substituição do capitalismo ainda me parece possível". A esperança continua forte?

Não existe esperança reduzida hoje. O que digo agora é que os problemas do século XXI exigem soluções com as quais nem o mercado puro nem a democracia liberal pura conseguem lidar adequadamente. É preciso calcular uma combinação diferente.

Que nome será dado a isso não sei. Mas é bem capaz de não ser mais capitalismo, não no sentido em que o conhecemos aqui e nos EUA.

### **Salário máximo**

"Falta uma oposição de esquerda no país", constata Vladimir Safatle, professor de filosofia, em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, 25-01-2011.

Eis o artigo.

Falta uma oposição de esquerda no país. A última eleição demonstrou que todos aqueles que procuraram fazer oposição à esquerda do governo acabaram se transformando em partidos nanicos. Uma das razões para tanto talvez esteja na incapacidade que tais setores demonstraram em pautar o debate político.

Contentando-se, muitas vezes, com diatribes genéricas contra o capitalismo, eles ganhariam mais se seguissem o exemplo do Die Linke, partido alemão de esquerda não social-democrata e único dentre os partidos europeus de seu gênero a conseguir mais que 10% dos votos.

Comandado, entre outros, por Oskar Lafontaine, um ex-ministro da economia que saiu do governo Schroeder por não concordar com sua guinada liberal, o partido demonstrou grande capacidade de especificação de suas propostas e de seus processos de aplicação. Eles convenceram parcelas expressivas do eleitorado de que suas propostas eram factíveis e eficazes.

Por outro lado, foram capazes de abraçar propostas que outros partidos recusaram, trazendo novas questões para o debate político, como a bandeira da retirada das tropas alemãs do Afeganistão.

Por fim, não temeram entrar em coalizões programáticas como aquela que governa Berlim. Isso demonstra que eles são capazes de administrar e que sua concepção de governo não é uma abstração espontaneísta. Esses três pontos deveriam guiar aqueles que gostariam de fazer oposição à esquerda no Brasil.

Um exemplo de novas pautas que poderiam animar o debate político brasileiro foi sugerida pelo provável candidato de uma coligação francesa de partidos de esquerda, Jean-Luc Mélenchon. Ela consiste na proposição de um "salário máximo". Trata-se de um teto salarial máximo que impediria que a diferença entre o maior e o menor salário fosse acima de 20 vezes. Uma lei específica também limitaria o pagamento de bonificações e stock-options.

Em uma realidade social de generalização mundial das situações de desigualdade extrema - outra face daquilo que certos sociólogos chamam de "brasialinização" -, propostas como essa têm a força de trazer, para o debate político, a necessidade de institucionalização de políticas contra a desigualdade.

Em um país como o Brasil, onde a diferença entre o maior e o menor salário em um grande banco chega facilmente a mais de 80 vezes, discussões dessa natureza são absolutamente necessárias. Elas permitem a revalorização de atividades desqualificadas economicamente e a criação da consciência de que a desigualdade impõe "balcanização social", com consequências profundas e caras.

Discussões como essas, só uma esquerda que não tem medo de dizer seu nome pode apresentar.

### **Centrais rejeitam barganha em torno do mínimo**

Na reunião de amanhã com o governo, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos, vai defender que a presidente Dilma Rousseff assuma um compromisso público com a política de valorização do salário mínimo até o fim de seu mandato, que promova a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) e que conceda uma "excepcionalidade" na regra de reajuste do mínimo este ano. A CUT não aceitará trocar a correção da tabela do IR pela manutenção do piso salarial em R\$ 545, garantiu o presidente da CUT. "Só se aceita em troca o que não se tinha antes", sintetizou.

A reportagem é de Ribamar Oliveira e Fernando Taquari e publicada pelo jornal Valor, 25-01-2011. O entendimento de Artur Henrique é o de que a correção anual da tabela do IR foi uma conquista dos trabalhadores durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que não pode

haver um "retrocesso" nessa questão. "Não tem troca, pois a correção da tabela e o aumento do salário mínimo são coisas diferentes", afirmou. "Se o governo não aceitar, vamos brigar em outro fórum, no Congresso Nacional", anunciou.

A reunião das centrais sindicais - CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e Nova Central - com o governo será coordenada pelo secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. A presença do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no encontro ainda não estava confirmada ontem. O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), já anunciou que defenderá um aumento do salário mínimo para R\$ 580 ainda este ano e a correção da tabela do IR. O parlamentar é do mesmo partido do ministro do Trabalho.

O presidente da CUT defende a política de valorização do salário mínimo executada durante o governo Lula, que prevê o aumento do piso pela inflação do período mais o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Como o PIB caiu 0,6% em 2009, o governo disse que cumpriu a regra ao fixar o valor do salário mínimo em R\$ 545 este ano, apenas com a correção da inflação.

Artur Henrique disse que é preciso, este ano, abrir uma "excepcionalidade" na regra. O argumento principal do presidente da CUT é o de que "os empresários foram tratados durante a crise com medidas excepcionais" e que "os trabalhadores não podem ser os únicos prejudicados".

A Força Sindical divulgou nota para classificar a proposta como "nefasta". Prometeu insistir com as três reivindicações apresentadas até agora. Além dos R\$ 580 de salário mínimo e da correção da tabela do IR, o aumento de 10% para os aposentados e pensionistas que ganham acima do piso salarial.

"Vamos insistir nestas três propostas. Entendemos que elas são essenciais para ajudar o país a crescer, distribuir renda e erradicar a miséria", afirmou a nota assinada pelo presidente da Força. De acordo com dados do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal, a defasagem da tabela do IR está em 64,1% em relação aos valores de 1995. O governo abriu mão de R\$ 5,7 bilhões durante a reposição aplicada entre 2007 e 2010. Na ocasião, a correção foi feita com base no percentual de 4,5%.

### **Desemprego global deve bater novo recorde, diz OIT**

Pelo menos 203 milhões de pessoas continuarão desempregadas no mundo até o fim do ano, nível recorde pelo terceiro ano consecutivo desde a crise econômica iniciada em 2007.

A reportagem é de Assis Moreira e publicada pelo jornal Valor, 25-01-2011.

A projeção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra uma ligeira melhora em relação ao ano passado, mas confirma também que o emprego vai demorar a se recuperar nas economias desenvolvidas e o consumo continuará achatado.

A previsão é de taxa mundial de desemprego de 6,1% este ano, comparado a 6,3% ano passado.

Mas as cifras não incluem o crescente número de pessoas obrigadas a aceitar trabalho parcial ou outras formas de emprego "vulnerável", com ou sem proteção.

Essas tendências estão em forte contraste com vários indicadores macroeconômicos, como PIB global, consumo privado, investimento, comércio internacional e mercado de ações, já que todos se recuperaram em 2010, superando os níveis de antes da crise.

Os números ilustram a continua mudança no crescimento econômico global, com a criação de emprego passando do mundo industrializado para nações emergentes.

Mais da metade da alta do desemprego global desde a crise ocorreu nos EUA, na União Europeia e outros países desenvolvidos, que representam apenas 15% da mão de obra global. Em contraste, em vários países emergentes, como Brasil e Tailândia, a situação do mercado de trabalho é melhor do que antes da crise.

Mesmo onde há criação de empregos, o contexto é diferente. Globalmente, cerca de 1,5 bilhão de trabalhadores ocupam empregos vulneráveis, mal pagos e com pouca ou nenhuma proteção social.

Além disso, 730 milhões de trabalhadores, ou 20,7% da mão de obra global, viviam com suas famílias no limite da extrema pobreza com US\$ 1,25 por dia, em 2009. Isso representa 40 milhões de pessoas a mais.

Outro problema persistente é o desemprego dos jovens. Nada menos de 78 milhões não conseguiram trabalho em 2010. Toda essa situação reflete "o terrível custo humano da recessão", diz o diretor-geral da OIT, Juan Somavia.

A retomada retardada do mercado de trabalho se manifesta tanto numa diferença entre crescimento da produção e alta do emprego como também entre os ganhos de produtividade e a alta dos salários reais em vários países do mundo.

No setor agrícola, o emprego aumentou em 2009, indo na contracorrente histórica. Por sua vez, a OIT insiste que a alta dos preços de alimentos representa uma "ameaça crescente", podendo provocar mais demissões se a inflação se estender a mais setores da economia.

### **Na AL, cresce a vulnerabilidade do trabalho**

O Brasil é um dos poucos países no mundo em que a taxa de desemprego é hoje menor do que antes da crise econômica global, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A notícia é de Assis Moreira e publicada pelo jornal Valor, 25-01-2011.

Mas a entidade mostra também que, se na América Latina a retomada rápida da economia levou a forte alta do emprego, o trabalho "vulnerável" cresceu, alcançando um terço dos 253 milhões de trabalhadores da região.

Além disso, a diferença de produtividade entre a América Latina e as economias desenvolvidas piorou. Na média, o trabalhador latino-americano produz menos de um terço do que o de país rico, quando era 37% em 1999. Na Ásia, a produtividade melhorou.

Em combinação com produtividade e emprego vulnerável, as cifras indicam que em vários países da América Latina a situação melhorou em geral a criação de empregos, mas não a criação de trabalhos melhores.

### **Hospital Luterano apresenta problemas de infraestrutura e não tem previsão para ser reaberto**

O hospital foi incorporado no último dia 18 ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre

O Hospital Luterano foi incorporado no dia 18 de janeiro ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e passará a funcionar como uma nova unidade do Clínicas. No entanto, a sua reabertura dependerá de obras e significativos investimentos na infraestrutura.

Quando o HCPA recebeu as chaves do Luterano, a comunidade da região metropolitana criou grandes expectativas a respeito da reabertura da unidade, que estava fechada desde abril de 2009. Porém, após visita da equipe do HCPA às dependências do hospital para avaliar a situação do prédio, mobiliário e equipamentos, verificou-se que a reabertura da unidade dependeria de melhorias na infraestrutura.

As condições do Luterano não são boas. Para que ele abra suas portas ao público será necessário realizar várias reformas. O prédio apresenta infestação por cupins, mofo, goteiras, problemas elétricos e hidráulicos, e deterioração de móveis e equipamentos. Além disso, há produtos químicos, materiais biológicos e resíduos diversos a serem descartados.

ZEROHORA.COM

### **Pacote do Piratini inclui albergues e novo Fundopem**

Conjunto de seis propostas prevê estruturas para hospedar pacientes do SUS e incentivos fiscais. Preparado pela equipe do governador Tarso Genro, o primeiro pacote do Palácio Piratini aos novos deputados estaduais vai conter projetos de apelo social, de impacto econômico e de mudanças na gestão pública. Entre as seis proposições, está uma proposta que permitirá a instalação de albergues

para hospedar pacientes do SUS e seus familiares que buscam atendimento médico nos grandes centros urbanos do Estado.

O pacote será enviado à Assembleia no início de fevereiro, após a posse da nova legislatura marcada para a segunda-feira, 31 de janeiro. Nem todos os projetos estão finalizados, entre eles a revisão da lei que concede pensão vitalícia de R\$ 24,1 mil a ex-governadores. Uma promessa de campanha de Tarso, porém, já está delineada: a criação de casas de passagem para pacientes e familiares.

A intenção é substituir os polêmicos albergues mantidos por deputados. Até 2006, havia 17 dessas casas espalhadas pelo Estado. Nove deputados foram denunciados pelo Ministério Público Eleitoral por supostamente usarem as hospedarias para obter votos e cinco chegaram a ser punidos pela Justiça Eleitoral, ficando inelegíveis por três anos. A criação de albergues públicos é uma antiga bandeira do PT.

O projeto do governo deve ser apenas “autorizativo”, ou seja, criará dispositivos legais para a instalação dos albergues. Mas, segundo o secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, Luis Augusto Lara, pelo menos uma Casa da Solidariedade em Porto Alegre e outra no Interior deverão ser implantadas ainda este ano.

O pacote do governo também deve mexer em temas controversos, como os critérios para a indicação de conselheiros da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Agergs). Nos primeiros dias de mandato, por não concordar com a decisão de Yeda Crusius, Tarso revogou a nomeação do ex-presidente do Daer Vicente Britto para a agência. Segundo interlocutores do governador, a intenção é impedir que se tornem integrantes da Agergs pessoas que tenham tido relação profissional com os serviços fiscalizados pela agência. Outro projeto prevê a reestruturação do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), órgão que também motivou uma disputa entre Yeda e Tarso. O governador não aceitou o presidente do instituto que havia sido escolhido pela tuana.

No setor econômico, um projeto estabelecerá novas regras para o Simples Gaúcho. Segundo cálculos do governo, 290 mil pequenas empresas poderão ser beneficiadas com desoneração de tributos. Já a reformulação do Fundopem prevê que o programa passe a beneficiar uma cadeia inteira e não empresas de forma isolada.

Detalhes dos projetos

#### **PROPOSTAS PARA A GESTÃO PÚBLICA**

Os projetos que o governo do Estado deve enviar à Assembleia na primeira semana de fevereiro

- Reestruturação do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga).
- Adoção de novos critérios para a indicação de conselheiros da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS (Agergs).
- Revisão da legislação que concede pensão vitalícia de R\$ 24,1 mil a ex-governadores. O texto está em elaboração.

#### **PROPOSTA PARA A ÁREA SOCIAL**

- Criação de albergues públicos, para receber em cidades-polo pessoas que necessitam de atendimento médico.

#### **PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

- Reformulação do Fundo Operação Empresa (Fundopem), programa que oferece incentivos fiscais a empresas em troca de investimentos.
- Reformulação do Simples Gaúcho, criando novas faixas de desoneração de tributos para pequenas empresas.

Histórico polêmico

Até 2006, a prática de manter albergues era comum entre deputados estaduais e federais gaúchos. À época, havia 17 casas de passagem espalhadas pelo Estado. Dez parlamentares eram responsáveis por sua subsistência. Após a campanha de 2006, o cenário começou a mudar. O Ministério Público Eleitoral denunciou nove candidatos à reeleição por supostamente usar as hospedarias para obter votos. Cinco deles chegaram a ser punidos pela Justiça Eleitoral e ficaram inelegíveis por três anos. Veja ao lado como as casas funcionam

ZERO HORA

### **Reajuste de 109% para deputados é vetado**

O governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho (PSDB), vetou o aumento de 109% nos salários dos 27 deputados estaduais autoconcedido em dezembro.

O reajuste – de R\$ 9.696 para R\$ 20.042,34 – passaria a vigorar em fevereiro.

A justificativa do governador para o veto é que a Assembleia Legislativa ultrapassa o limite de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (3% da receita corrente líquida do Estado). Com isso, segundo o entendimento do governo, o reajuste é inconstitucional.

O aumento dos subsídios dos deputados alagoanos veio na esteira do aumento de 61,8% dado aos deputados federais em dezembro (de R\$ 16,5 mil para R\$ 26,7 mil). Segundo levantamento feito no início do mês, deputados de outras 18 Assembleias também reajustaram seus salários.

Pela Constituição, o limite máximo dos salários dos deputados estaduais é de 75% do pago aos deputados federais.

ZERO HORA

### **Desemprego no Brasil é menor que em países ricos**

Pela primeira vez, o Brasil apresenta taxa de desemprego abaixo dos países ricos e, pelo menos nas áreas metropolitanas, inferior à média mundial.

Além disso, um jovem em busca de emprego encontrará uma oportunidade mais facilmente no Brasil do que nas grandes cidades europeias ou americanas.

Também de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há mais jovens desempregados nos Estados Unidos e na Europa que no Brasil. O problema aqui é que a qualidade dos empregos é baixa e o mercado nacional não consegue gerar maior produtividade, que começa a ser superado pelos chineses.

O fenômeno da troca de posições entre emergentes e ricos é o espelho de uma situação no mercado de trabalho que tem surpreendido até mesmo os especialistas. O desemprego não caiu nos países ricos, apesar do fim da recessão, enquanto em algumas das grandes economias emergentes chega a faltar mão de obra.– Hoje, o Brasil está em situação melhor que antes da crise em termos de geração de emprego – afirma Theo Sparreboom, economista da OIT.

Antes da crise, em 2007, a taxa de desemprego no Brasil era de 8,2%. Hoje, é de 5,7%. Em 2007, o mundo apresentava desemprego de 5,6%. Hoje, chega a 6,2%. Nos países ricos, a taxa é de 8,8% em 2010, ante meros 5,8% em 2007. “O Brasil é um dos raros casos onde há uma tendência contrária ao que ocorre pelo mundo”, informa a OIT. Conforme o governo brasileiro, 2,5 milhões de empregos formais foram criados em 2010.

Segundo a OIT, porém, nem tudo é positivo no Brasil. Apesar da explosão do número de empregos, a qualidade dos trabalhos, salários e proteção social ainda são problemas que o país terá de enfrentar

ZERO HORA

### **Governo pode aceitar correção**

O governo federal vai acenar com a possibilidade de corrigir a tabela de recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Física ainda em 2011, na reunião com as centrais sindicais marcada para amanhã. A presidente Dilma Rousseff encomendou ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, simulações sobre o custo dessa medida. Pediu também para calcular o impacto nas contas públicas de novo aumento no salário mínimo, apesar de haver sacramentado, há duas semanas, que o valor ficaria em R\$ 545.

ZERO HORA

## **Obama fará discurso sobre emprego**

Na metade de seu mandato como presidente dos Estados Unidos, Barack Obama fará hoje o tradicional discurso sobre o Estado da União, uma chance para expor o que pretende fazer nos próximos dois anos. Entretanto, segundo analistas, sua capacidade para cumprir as promessas de campanha restantes encolheu com as derrotas democratas nas eleições de novembro para o Congresso.

Desde o início do ano, seu partido, o Democrata, não tem mais a maioria na Câmara dos Deputados. Segundo o porta-voz da Casa Branca, Robert Gibbs, Obama deve falar hoje dos esforços para a criação de empregos e para a redução do déficit orçamentário do governo federal.

O site PolitiFact.com, que acompanha as propostas feitas por Obama quando candidato, aponta que o democrata manteve 134 promessas, fez ajustes em 41 e quebrou 34. Além disso, 221 estão “sendo trabalhadas”. Um dos campos em que ele não conseguiu avançar foi na reforma da imigração.

ZERO HORA

## **Prefeito e sindicato médico em conflito**

Criação de instituto e instalação de ponto são motivos de divergências

Atritos com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) levaram ontem o prefeito José Fortunati a romper relações com a entidade. As duas partes não entraram em acordo sobre a criação do Instituto Municipal Estratégia de Saúde da Família (Imesf) e a instalação de ponto para controle do horário de funcionários da prefeitura de Porto Alegre.– O problema é a forma como o Simers tem se posicionado. Eles perderam completamente o respeito. Com eles, estão rompidas as negociações – declarou o prefeito.

Fortunati diz que há médicos que não estão cumprindo seu horário e deixam de atender os pacientes em hospitais do município. Segundo o prefeito, esses médicos se aproveitam da estabilidade para não trabalhar. Para Fortunati, a entidade está sendo corporativista no caso.– A maioria cumpre o horário, mas há uma minoria que tem de entrar nos eixos e cumprir o horário. É só perguntar para a população – disse.

A criação do Imesf é vista pelo prefeito como uma oportunidade de agilizar o atendimento. Os médicos seriam contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não por estatuto, já que seria uma fundação pública de direito privado.

Simers acusa Fortunati de desrespeitar acordo

Para o Simers, criar uma entidade desse tipo é inconstitucional. O presidente da entidade, Paulo de Argollo Mendes, considera que o termo “agilizar” utilizado por Fortunati pode ser traduzido por “desregrar”.– A Constituição não prevê fundações na área da saúde, que é uma atividade-fim do Estado. Como o dinheiro é público, tem muitos regramentos para que não se faça mau uso dos recursos. Essa fundação cria um enorme cabide de empregos e fragiliza o controle sobre os recursos públicos – criticou Argollo.

O sindicato divulgou uma nota em que se declara surpreso com a atitude do prefeito e o acusa de romper um acordo. Segundo Argollo, ao longo de 2010 o Simers e Fortunati debateram a implantação do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) para os médicos estatutários do SUS na Capital, que soma mais de 1,3 mil profissionais. “A verdade é que o prefeito assinou, em 3 de agosto de 2010, documento se comprometendo a encaminhar à Câmara Municipal, até o final do ano passado, o PCCV dos médicos municipais e municipalizados, e descumpriu a palavra”, aponta o texto. O prefeito rebateu a acusação:– Depois que eles romperam qualquer compromisso ético, eu não me sinto nem um pouco subordinado a isso (promessa de criar plano de cargos e salários).

A fundação

- O projeto prevê a criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf), com atuação exclusiva no Programa de Saúde da Família (PSF)
- Na proposta está a contratação de 1.386 funcionários e a criação de quatro cargos em comissão
- A previsão é de ampliação do PSF de 86 para 140 equipes

- A iniciativa causou polêmica ao prever que uma fundação pública possa contratar funcionários celetistas (sem a estabilidade de emprego dos servidores públicos)

#### COMO É HOJE

- Com exceção dos agentes de saúde, profissionais que atuam no PSF como médicos, enfermeiros e dentistas são contratados pela Fundação Instituto de Cardiologia.

- A prefeitura repassa cerca de R\$ 3 milhões mensais à fundação para pagamento de pessoal

- Os agentes têm contrato temporário direto com a Secretaria Municipal da Saúde

- A população atendida hoje pelo PSF é de cerca de 400 mil pessoas

#### A TRAMITAÇÃO

- Em 6 de janeiro, o projeto de lei foi rejeitado pelo Conselho Municipal de Saúde. A decisão não impede que o projeto seja apreciado na Câmara de Vereadores

- O projeto deverá ser votado em fevereiro

#### ZERO HORA

### “É um ataque despropositado”

José Fortunati, Prefeito

O prefeito José Fortunati considera o Imesf uma saída para melhorar o atendimento médico na Capital.

Zero Hora – Por que o rompimento com o Simers?

José Fortunati – O problema é a forma como o Simers tem se posicionado. Diariamente, é só ligar o rádio, eles fazem um ataque despropositado, com alegações que não são verdadeiras. Eles estão atacando o prefeito de uma forma absolutamente descabida. Eu não fujo do debate, mas sempre respeitando quem pensa de forma diferente.

ZH – Há projeto semelhante no qual a prefeitura se espelha?

Fortunati – Está em execução em Novo Hamburgo, São Leopoldo, Esteio. O projeto de Canoas é mais amplo que o nosso, mas tem a mesma relação. Fomos buscar como exemplo a experiência de Maceió, que era administrada pelo hoje governador Marcelo Déda.

ZH – De que mudança o Simers reclama?

Fortunati – O Simers só quer saber de uma coisa: que os médicos sejam concursados pela prefeitura. Nós vamos fazer concurso, mas eles querem que sejam estatutários, e não CLT. Entendemos que, para termos agilidade, segurança no atendimento e para podermos ampliar em número suficiente os PSFs, tem que ser uma fundação pública de direito privado. Eles não aceitam. Estão preocupados com a questão corporativista. Não estão preocupados com a população.

“Tiraram um coelho da cartola”

Paulo de Argollo, Presidente do Simers

Presidente do Simers, Paulo de Argollo Mendes considera que a criação do Imesf é inconstitucional.

Zero Hora – Por que o Simers não concorda com a criação do Imesf?

Paulo de Argollo Mendes – O projeto muda a vida de 70% das pessoas que moram em Porto Alegre, porque 70% das pessoas usam o SUS. Um dos pilares do SUS é o atendimento por meio dos próprios entes públicos, isto é, município, Estado e União. Isso será rompido. A Constituição não prevê fundações na área da saúde. Ela deve ser exercida pelo poder público. Tiraram um coelho da cartola.

ZH – O prefeito reclama de ataques despropositados.

Argollo – Usamos o Minuto Simers e outros espaços que o sindicato tem (no rádio) para denunciar o que estava sendo feito. Eu compreendo que ele deva estar muito aborrecido porque nós frustramos essa tentativa de mudar tudo sigilosamente na saúde.

ZH – O prefeito cita exemplos de projetos semelhantes bem sucedidos, como em Novo Hamburgo.

Argollo – Há um ano se implantou uma fundação como essa em Novo Hamburgo que foi um fracasso absoluto. Os indicadores de saúde no município pioraram e a prefeitura teve de lançar mão de contratos emergenciais para conseguir profissionais para atender nos seus postos.

### **Correios publicam penalidade à MTA**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) publicou ontem, no Diário Oficial da União, aviso de penalidade em relação à empresa Master Top Linhas Aéreas S/A (MTA) - envolvida no caso Erenice, em 2010. Segundo o aviso, foi decidido pela suspensão do direito de licitar e pelo impedimento de contratar com a ECT pelo prazo de cinco anos.

A decisão vale para o período entre 21 de janeiro de 2011 e 21 de janeiro de 2016. Conforme a publicação, o motivo da aplicação da pena foi "o inadimplemento na execução dos contratos 156/2010 e 174/2010". O prazo legal para interposição de recurso administrativo é de cinco dias úteis.

A MTA esteve no centro da crise que derrubou a ex-ministra da casa Civil Erenice Guerra durante a campanha eleitoral do ano passado

CORREIO DO POVO

### **Centrais promovem vigília por R\$ 580**

O reajuste do salário mínimo para R\$ 580,00 e também da tabela do Imposto de Renda (IR) foram as principais bandeiras erguidas pelas centrais sindicais gaúchas ontem no ato público em Porto Alegre. A vigília reuniu sindicalistas e trabalhadores à tarde, em frente ao prédio da Receita Federal. Um caminhão de som foi colocado próximo da entrada. Bandeiras e faixas estiveram expostas nas escadarias. As centrais sindicais gaúchas vão a Brasília amanhã.

"A ideia é manifestar aqui na frente da Receita o desejo dos trabalhadores de atualizar a tabela do IR. Hoje, se um operário com salário de R\$ 1,2 mil ou uma diarista que trabalha todos os dias tiverem reajuste, vão passar a pagar imposto de renda", calculou Cláudio Janta, presidente da Força Sindical no RS. Para o sindicalista, a correção da tabela deveria ser superior a 60% para que a grande massa assalariada fosse desonerada da contribuição. Já o presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski, lembrou que o salário mínimo nacional oferecido pelo governo não contempla as necessidades do trabalhador e nem é condizente com a realidade de crescimento econômico. Para a CUT e as demais centrais, o salário mínimo aceitável deveria ter valor de R\$ 580,00, contra os R\$ 545,00 ofertados pelo Planalto.

CORREIO DO POVO

### **Sindicato exige abertura de hospitais**

O Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) entrou ontem com pedido no Ministério Público para que seja estabelecido com a Prefeitura de Porto Alegre um cronograma para reabertura urgente dos hospitais Luterano e Independência, que eram administrados pela Ulbra. O prazo previsto é apenas para o segundo semestre.

Na semana passada, a Justiça Federal entregou as chaves do Independência e do Luterano para a prefeitura e o Hospital de Clínicas, respectivamente. Serão 217 leitos quando estiverem em plena atividade. Todos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O presidente do Simers, Paulo Argollo Mendes, garantiu que as instituições poderiam voltar a atender imediatamente. "Os hospitais estão em condição de receber pacientes hoje. O que falta é vontade política da prefeitura."

Levantamento realizado pela reportagem do Correio do Povo constatou que todas as emergências da Capital trabalham acima de sua capacidade. O Hospital Conceição, por exemplo, atendia ontem 142 pessoas quando poderia receber no máximo 50.

O secretário da Saúde em exercício de Porto Alegre, Marcelo Bosio, contestou o presidente do Simers. "É fácil dizer que o hospital pode funcionar. Precisamos fazer melhorias em equipamentos e parte física. Não basta apenas ter leitos. O Independência não possui hoje as condições mínimas previstas em lei para receber pacientes", justifica Bosio.

CORREIO DO POVO

### **37,25% querem adotar brancos**

O cadastro de adoções do Conselho Nacional de Justiça revela uma realidade cruel: 37,25% dos candidatos a pais - 11.316 do total de 30.378 - só aceitam receber em seus lares crianças brancas. Ou seja, se houver uma criança disponível, mas com outra cor de pele, a adoção não se concretizará. De acordo com os números do cadastro, a etnia ainda é um fator essencial na hora de uma família escolher uma criança. Dos adultos inscritos, 14.259, ou 46,94%, fazem questão de escolher a cor da pele do futuro filho. Além dessas exigências, 5,81% (1.764) só aceitam uma criança de pele parda; 1,91% (579) só quer uma criança negra; 1% (304) só aceita uma criança amarela; e 0,97% (296), uma criança indígena.

O perfil de quem aguarda um lar, contudo, não é condizente com as exigências. No cadastro, a maioria das crianças e adolescentes é parda - 50,57%, ou 4.020 de um total de 7.949. Estão disponíveis 2.411 crianças brancas, ou 30,33% do total. Também aguardam uma família 1.441 (18,13%) crianças negras, 41 (0,52%) amarelas e 36 (0,45%) indígenas. "Criança é criança, não tem cor", ressaltou a juíza Andréa Pachá, titular da 1 Vara de Família de Petrópolis (RJ).

CORREIO DO POVO

### **Deputados estaduais de SP só trabalham 2 meses em 7**

Eleições e recesso paralisaram atividades na Assembleia; gasto foi de R\$ 79 mi

Políticos passaram três meses sem reuniões de comissão e votação de projetos; presidente diz que Casa cumpriu papel

O Legislativo paulista retoma seus trabalhos na semana que vem depois de ter vivido sete meses de baixa produtividade, período em que o foco dos deputados esteve voltado para as eleições. Na prática, a Assembleia Legislativa funcionou em apenas dois meses desde julho.

Neste período, em que estão incluídos cerca 70 dias de recesso, os deputados estaduais custaram aos paulistas R\$ 78,7 milhões.

O levantamento feito pela Folha considera salários dos parlamentares e seus assessores, auxílio-moradia e verba de gabinete.

Do início do segundo semestre até 19 de outubro, a Casa não votou nenhum projeto. Nesse período, o Legislativo funcionou à base de sessões com discursos de raros parlamentares.

Até dezembro, a aprovação de projetos se deu por acordo, sem debate. As nove votações nominiais em plenário foram concentradas entre 8 e 22 de dezembro. No segundo semestre de 2009, houve 29 votações.

As comissões permanentes ficaram paralisadas por três meses, de agosto ao final de outubro. Além disso, de agosto até dezembro, das 25 comissões permanentes da Casa, 21 se reuniram no máximo duas vezes. Nove delas não se reuniram, como a de Segurança Pública.

Barros Munhoz (PSDB), presidente da Assembleia, admite a baixa produtividades, mas diz que o Legislativo cumpriu suas obrigações.

### **ORÇAMENTO**

Além de votações obrigatórias, como o Orçamento -aprovado sem emendas parlamentares- e as contas do governo, o Legislativo aprovou a lei que fixa 25% dos leitos do SUS para particulares e convênios.

A outra emenda de impacto aprovada foi o aumento do salário do governador, que elevou o teto do funcionalismo e gerou gasto extra de R\$ 425 milhões por ano.

A Assembleia também aprovou 12 leis de menor impacto. Seis criam cargos e seis tratam de assuntos como a rotulagem de transgênicos.

Das 168 leis publicadas desde 1º de julho, 147 ou nomeiam pontes, viadutos e passarelas, ou declaram instituições comunitárias como de "utilidade", ou instituem dias como o do profissional da segurança privada.

Líder do governo, o deputado Vaz de Lima (PSDB) classifica o período como "atípico" por causa das eleições e diz que os trabalhos não sofreram prejuízo. "Se esse é o custo da democracia, é muito barato. É natural ter que ir atrás do eleitor."

Oposicionista, Major Olímpio (PDT), no entanto, diz que os colegas não trabalharam no ano

passado.

"A Assembleia não existiu em 2010. Não tem nada de custo da democracia. Isso é desculpa. A Casa tem funcionado como órgão homologador do Executivo."

FOLHA DE SP

### **MINAS GERAIS: Governo vai criar mais de 1.300 cargos sem fazer concurso**

DE BELO HORIZONTE - O governo de Minas Gerais vai criar 1.314 cargos comissionados (de preenchimento sem concurso) nos próximos quatro anos.

O número representa um acréscimo de 7% no total de comissionados do Estado, mas a administração de Antonio Anastasia (PSDB) defende que a ampliação é necessária.

Dos cargos a serem criados, 580 estão destinados ao sistema prisional e demorarão mais a serem preenchidos, segundo a secretária do Planejamento, Renata Vilhena.

"Estamos construindo 144 novos presídios, mas só vamos convocar o pessoal quando eles estiverem prontos", disse. "Outros cargos deverão ser 60% preenchidos este ano".

Saúde e Integração são as áreas com mais novas vagas. Foram criadas secretarias especiais para o planejamento da Copa-14 e para a região metropolitana da capital mineira.

FOLHA DE SP

### **Governo vai negociar tabela do IR, centrais aguardam proposta**

A presidente Dilma Rousseff decidiu reajustar a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física em 2011 pelo índice da inflação de 2010 (6,46%), desde que essa concessão faça parte de um acordo com os partidos e as centrais sindicais para estabelecer o salário mínimo em R\$ 545.

No máximo, admite-se internamente no governo que o mínimo chegue a R\$ 550. Nunca os R\$ 580 defendidos pelas centrais. E também não seria atendida, neste acordo, a terceira reivindicação da pauta dos sindicatos, que é o aumento de 10% das aposentadorias acima do mínimo. Esses benefícios foram reajustados apenas pela inflação.

Essa posição será apresentada hoje por Dilma em reunião com o ministro-chefe da Secretária-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, responsável pela negociação com os movimentos sociais. Na quarta-feira a tarde, ele receberá representantes das seis centrais sindicais no Palácio do Planalto, quando será aberta oficialmente a negociação do governo Dilma com os representantes dos trabalhadores.

Nas discussões internas, a presidente Dilma reconhece que é legítima a correção da tabela do imposto de renda pelo índice da inflação, de 6,46%. De 2007 até 2010, conforme política adotada pelo governo Lula, as faixas de rendimento sobre as quais incidem as alíquotas do Imposto de Renda (as tabelas) estavam sendo corrigidas em 4,5%.

Com o reajuste das tabelas estava sendo reposta parte das perdas provocadas pela inflação na renda dos trabalhadores que prestam contas ao Leão. Se a tabela não for corrigida em 2011 (com efeito na declaração que será feita em 2012), o IR a ser pago pelo contribuinte será ainda maior.

Defasagem

Mesmo com a reposição aplicada entre 2007 e 2010, a defasagem da tabela ainda está em 64,1% frente aos valores de 1995, segundo cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal (Sindifisco Nacional). Quando aceitou corrigir a tabela em 4,5% ao ano entre 2007 e 2010, o governo abriu mão de R\$ 5,7 bilhões em impostos.

No Planalto, a avaliação é que ficaria muito difícil para a presidente explicar politicamente uma decisão de não corrigir a tabela. Isso poderia causar desgaste não só entre a classe média, que pagaria mais imposto, como entre os trabalhadores, que passariam a pagar o tributo por terem sido incluídos nas faixas sem correção inflacionária.

Mas dentro do esforço fiscal para evitar novos gastos e diante da necessidade de um gigantesco corte orçamentário, que pode passar de R\$ 30 bilhões, essa é a única concessão que Dilma está disposta a fazer nas negociações.

Ao mesmo tempo em que reabre negociação do governo com os sindicalistas, a presidente determinou que o chefe da Casa Civil, ministro Antonio Palocci, trabalhe junto aos partidos da base aliada. A determinação é cobrar lealdade e responsabilidade dos aliados na votação da medida provisória do salário mínimo.

#### Antecipação

As centrais aguardam a formalização da proposta do governo para se manifestarem, mas nos bastidores já avaliam a apresentação de uma contraproposta sobre o mínimo: que o valor seja elevado agora a R\$ 570, antecipando parte do aumento previsto para 2012, que deve ficar em torno de 13% .

Essa proposta de antecipação já é discutida internamente por técnicos do governo e poderia até constar da nova medida provisória que vai fazer a correção do mínimo pelo INPC cheio . o mínimo foi inicialmente fixado em R\$ 540, mas com o cálculo final da inflação vai a R\$ 545.

Dilma, no entanto, ainda não está convencida de que é uma boa saída política. E só faria essa concessão dentro de um grande acordo formal assinado por todas as partes. Os dirigentes das centrais sindicais elogiaram a decisão da presidente Dilma de chamá-los para o diálogo, mas ainda mantêm a intenção de fazer uma grande mobilização nacional, caso não haja acordo. E preferem ouvir a proposta do governo, antes de comentá-la.

Segundo o deputado Paulinho Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força sindical, há risco de o governo ser derrotado no Congresso Nacional, se não houver acordo. Ele disse que está disposto a procurar até mesmo o ex-presidente Lula para conseguir apoio. Paulinho diz que há também descontentamento no PDT com a forma que o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, foi desautorizado por defender um mínimo de R\$ 560.

"O Lupi foi enquadrado. Querem deixá-lo sozinho. No governo Lula, muitos ministros defendiam os trabalhadores. É bom lembrar que foi o aumento do salário mínimo que ajudou a tirar o Brasil da crise financeira. Se o governo for para o enfrentamento no Congresso, tem risco de perder. E nesse caso, Dilma teria que vetar, o que seria um grande desgaste político", disse o deputado da Força Sindical. (Fonte: O Globo)

O GLOBO

### **Mãe adotiva vai receber salário maternidade do INSS**

Mulher que adotou uma criança de cinco anos de idade deve receber salário-maternidade do Instituto Nacional do Seguro Social por 120 dias, como qualquer outra mãe. A mãe adotiva havia recebido o benefício apenas por 30 dias. A decisão é do juiz Leonardo Müller Trainini, da 2ª Vara do Juizado Especial Federal Previdenciário de Blumenau. Cabe recurso às Turmas Recursais de Santa Catarina.

A vitória da mulher pode ser creditada à uma lei editada em 2002, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, estendendo às mães adotivas o direito à licença e ao salário-maternidade. Antes disso, outra lei presente tanto na Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS) quanto na CLT classificava o tempo que a mãe adotiva poderia ficar em casa conforme a idade da criança.

Esse tempo variava de 120 dias, para crianças até um ano, a 30 dias, para crianças entre quatro e oito anos. A regra foi suprimida da CLT em 2009, mas não da LBPS.

Para o juiz, a revogação foi tácita. Segundo ele, a licença-maternidade no âmbito previdenciário também passou a ser regulada pela mudança da CLT. "Referido entendimento decorre de uma natural isonomia que deve haver entre o direito das gestantes e o das adotantes", afirmou.

Ele observou, ainda, que "o escalonamento contido na legislação anterior, além de destoar da norma constitucional, emprestava maior óbice à já árdua tarefa de se buscar famílias dispostas a adotar crianças com idade superior a um ano".

Ele lembrou que, quanto mais velha a criança, mais difícil é o período de adaptação ao novo lar. (Com informações da Assessoria de Comunicação da JF-SC)

DIAP